

# Periodização da agenda ambiental nos estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal

Antonio Teixeira de Barros  
Jorge Pedro Sousa  
Maria Érica de Oliveira Lima

## Índice

<b>1</b>	<b>Sumário</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>Introdução</b>	<b>2</b>
<b>3</b>	<b>A emergência da agenda ambiental e sua repercussão na imprensa</b>	<b>4</b>
<b>4</b>	<b>Conservacionismo</b>	<b>4</b>
<b>5</b>	<b>Pacifismo</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>Denúncia de riscos ambientais e à saúde humana</b>	<b>11</b>
<b>7</b>	<b>Intervenção da ONU</b>	<b>14</b>
<b>8</b>	<b>Sustentabilidade</b>	<b>16</b>
<b>9</b>	<b>Referências</b>	<b>26</b>

## 1 Sumário

Apresenta uma proposta de periodização da agenda ambiental a partir da análise comparativa de estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal. A periodização compreende seis grandes fases: (1) Conservacionismo, com as primeiras iniciativas, a partir da década de 1940, voltadas para a preservação da natureza como valor em si. (2) Pacifismo, com propostas de não proliferação de armas nucleares, após a II Guerra Mundial. (3) Denúncia de riscos

ambientais, cujo ápice foi a década de 1960, com a divulgação de estudos científicos sobre os riscos dos agrotóxicos. (4) Intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), marcada pela organização da I Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo, 1972) e as conferências subsequentes. (5) Sustentabilidade, que resultou de desdobramentos das conferências e debates promovidos pela ONU e a discussão sobre desenvolvimento sustentável. (6) Aquecimento global, etapa que consiste na divulgação de projeções pessimistas sobre os efeitos da emissão de gases de efeito estufa. As duas últimas fases provocaram ampla cobertura da imprensa nos dois países em questão.

## **2 Introdução**

A emergência dos temas ambientais e sua inserção na agenda dos *media* no Brasil e em Portugal estão diretamente vinculadas à evolução de uma agenda ecológica internacional, conduzida por organismos transnacionais de amplo reconhecimento e com capacidade de intervenção política nos países ocidentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). É nesse processo de negociação que está o germen da mediatização do ambiente e da constituição de uma “esfera pública verde” ou “ecosfera”.

O debate sobre meio ambiente é resultante histórico do agravamento da crise desencadeada pelos problemas urbanos globais, cuja tematização tornou-se mais sistemática a partir das primeiras décadas do século XX. A distribuição mundial de poluentes tornou-se um dos temas centrais dos debates, tornando-se o motor da globalização do ambientalismo. Cada vez mais os estudos demonstravam que muitos tipos de poluentes possuíam a característica perigosa de poderem ser distribuídos, via atmosfera, pelo mundo inteiro, ou pelo menos em boa parte dele. Pesquisa realizada pela *National Academy of Sciences*, em Washington, nos Estados Unidos, chamava atenção para o fato de que, embora a Groenlândia estivesse bem longe de quaisquer fontes de poluição atmosférica por resíduos de chumbo, a quantidade desse poluente em suas áreas geladas crescia vertiginosamente, atingindo uma taxa de 300%, em 1940. O estudo concluía que o crescimento exponencial da poluição e sua distribuição pelo planeta constituía decorrência direta do crescimento populacional, da industrialização e do desenvolvimento tecnológico.

A Conferência de Estocolmo, realizada em junho de 1972, pela ONU, constituiu um marco para o alastramento do pensamento ecológico no mundo contemporâneo e os debates sobre os limites do crescimento econômico, da industrialização, do consumo e da vida urbana de modo geral. Em termos globais,

desde Estocolmo, a preocupação maior, em âmbito governamental, tem sido com o destino do lixo, a poluição e o desgaste da camada de ozônio. Na década de 1990, com a Rio 92, foram incorporados a esta agenda temas como biodiversidade, biotecnologia, proteção as florestas, controle para emissão de gases de efeito estufa, gestão de resíduos sólidos, energia renovável (cidades solares) e técnicas de construção ambientalmente sustentáveis.

Essa trajetória foi retratada pela cobertura de imprensa. Reportagens sobre poluição ocupam lugar de destaque na cobertura da imprensa lusitana e brasileira nas décadas de 1970 e 1980, conforme estudo realizado previamente (Barros, 1999; Schmidt, 2003; Pereira Rosa, 2006). Certamente, a ênfase a essa categoria se justifica pelo fato de que, nesse período, a questão ecológico-ambiental estava diretamente associada aos danos causados pelos poluentes, principalmente nos grandes centros urbanos. A partir do final dos anos de 1980 é que o leque temático da imprensa ampliou-se, passando a cobrir os mais variados assuntos.

Em ambos os casos, a cobertura é ampla e diversificada, abrangendo praticamente todas as formas de poluição presentes nas grandes cidades: poluição do ar, de mares, praias, rios, lagoas e poluição sonora. Também é comum o tom de denúncia, mas com o intuito de estimular o engajamento das populações envolvidas - ou pelo menos de segmentos que as representam - em prol do combate à poluição. Assim, a mídia certamente, contribuiu pelo menos para a tomada de consciência por parte de autoridades e do público, com destaque para o tema das mudanças climáticas, tanto no Brasil como em Portugal.

Desde o início da década de 1970 até os dias atuais, a poluição industrial nos grandes centros urbanos, foi o foco de interesse de todos os grandes jornais. Os efeitos da poluição dominaram a pauta, com ênfase para a contaminação da atmosfera, da água e do solo. Temas mais específicos como urbanismo, ecoturismo, diversidades climáticas e agricultura são apresentados a partir de suas conseqüências negativas: crescimento desordenado das metrópoles, efeitos nocivos do turismo ao meio ambiente, mudanças climáticas causadas pela devastação e problemas ambientais advindos do uso indiscriminado de agrotóxicos em diversas regiões brasileiras e portuguesas.

Grande parte das notícias sobre a questão ambiental tem como fonte a comunidade científica. O mesmo ocorreu com a divulgação das conclusões do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apresentado em Paris, em fevereiro de 2007. O IPCC foi criado em 1988, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), constitui um grupo de cientistas cujo objetivo é produzir relatórios técnicos sobre a ciência das mudanças climáticas, impactos, vulnerabilidade e formas de adaptação

dos sistemas biológicos e físicos a essas mudanças, além de meios de reduzir a emissão e a concentração na atmosfera de gases de efeito estufa. De 1988 a 2007 já foram publicados quatro relatórios, sendo o último, em 2007 (Paris), o de maior repercussão, devido às conclusões pessimistas que acentuaram a responsabilidade humana no aquecimento global, na redução de neve no mundo, o derretimento dos glaciares e a provável inundação de cidades litorâneas em todo o mundo. Este artigo apresenta um recorte histórico sobre as fases de evolução do tema ambiental e um mapeamento da cobertura de imprensa no Brasil e em Portugal.

### **3 A emergência da agenda ambiental e sua repercussão na imprensa**

A análise foi organizada de modo a destacar em primeiro plano os elementos históricos, visto que entre os objetivos do trabalho estão a periodização das diferentes fases dos estudos de jornalismo sobre a cobertura ambiental da imprensa no Brasil e em Portugal e a investigação sobre os antecedentes do ideário ecológico que influenciaram diretamente as análises sobre jornalismo ambiental nesses dois países. De acordo com a leitura dos principais autores brasileiros e portugueses, apresentamos uma proposta de periodização do jornalismo ambiental. Antes, contudo, é necessário descrever as fases do próprio ambientalismo, as quais podem ser sumarizadas da seguinte forma:

### **4 Conservacionismo**

Esta etapa corresponde às primeiras tentativas de afirmação do ambientalismo, as quais tiveram início primeiramente em Portugal, no final da década de 1940, momento representado pela atuação da *Liga para a Protecção da Natureza (LPN)*, criada formalmente em 1947. O Brasil enquadra-se na mesma fase, mas onze anos depois, com a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN, em 1958), com perfil semelhante à LPN. Em ambos os casos, a tônica é expressamente conservacionista.

Conforme Mousinho (2005, p.346), o termo conservacionismo não deve ser entendido de forma pejorativa, visto que vem de conservação, um conceito desenvolvido e disseminado nas últimas décadas do século XIX como um relacionamento ético entre pessoas, terras e recursos naturais, ou seja, “uma utilização coerente destes recursos de modo a não destruir sua capacidade de servir às gerações seguintes, garantindo sua renovação”.

Como estratégia de afirmação perante o Estado, a sociedade e a imprensa, tanto a LPN como a FBCN elegeram como foco de atuação a preservação da fauna e da flora, com a realização de estudos técnicos, com fundamento nas Ciências da Natureza, as quais já tinham conquistado legitimidade científica. Inicialmente, ambas evitaram manifestações abertamente políticas, devido ao regime de governo dos dois países. Igualmente, ambas as instituições evitaram abordagens com respaldo das Ciências Sociais, visto que tanto no Brasil como em Portugal, esse campo acadêmico era questionado pelo Governo, devido a supostos enquadramentos ideológicos.

Trata-se de uma etapa com matizes românticos. A natureza era considerada uma “arcádia” a ser preservada e a ciência era vista como instrumento de esclarecimento incontestável, a serviço da humanidade. A divulgação sobre os fatos ecológicos nesse período também é romântica e distanciada da vida urbana. A natureza é representada pelo noticiário como dissociada da cultura e da sociedade.

Essa fase foi marcada pela discussão sobre a proteção às espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. No Brasil, a fauna silvestre constituiu o foco do interesse dos pesquisadores, destacando-se: mico-leão-dourado, ouriço-preto, baleias, macacos mono-carvoeiros ou muriquis, tartarugas marinhas, sagüis, mico-leão vermelho, macaco-da-noite e ararinha azul. As campanhas da época apresentavam conotação romântica e apelo emocional, com a exploração de imagens dos animais, a fim de comover o público.

Essa tendência também predominou em Portugal, mas em relação a outros tipos de animais como as cegonhas. Entretanto, não só as espécies nativas chamam a atenção do público português, como registra Schmidt (2003, p.179), a fauna exótica também desperta o interesse da sociedade, especialmente pelas emissões televisivas: “Coloridas, fotogênicas, com grande diversidade de espécies, existentes tanto nos países europeus como nos países tropicais e com a mais antiga tradição nas políticas e movimentos proteccionistas”.<sup>1</sup>

Entretanto, a autora menciona outras espécies que aparecem com destaque nessa fase em Portugal, como os golfinhos, baleias, leões marinhos, felinos e primatas. Como ressalta Schmidt, a televisão explora a imagem desses animais de forma lúdica, transformando bichos em “brinquedos vivos”, na lógica do espetáculo, típica da mediatização do ambiente. Do ponto de vista da me-

---

<sup>1</sup> A autora observa que as aves foram objeto da primeira associação de defesa dos animais, criada na Inglaterra, a *Royal Society for the Protection of Birds* (1889). A associação combatia a prática então comum do abate de aves para a extração da plumagem, a qual era utilizada em adereços de moda na época, como chapéus e peças de vestuário feminino. A atuação da *Royal Society for the Protection of Birds* levou à assinatura da primeira convenção internacional em defesa das aves, em 1902.

diatização, esse período foi marcado pela exploração de imagens ambíguas da natureza – ora idealizada, ora degradada. Apesar disso, essa é uma etapa fundamental na evolução e consolidação do ambientalismo.

Em termos de atores ecológicos, a fase do conservacionismo foi marcada pelas manifestações de ativistas que se destacavam pelo discurso considerado inusitado em favor de espécies da fauna e da flora. É o período do chamado ambientalismo monosssetorial, como foi caracterizado no capítulo 1. É denominado monosssetorial porque apenas um dos atores era reconhecido socialmente, no caso o Estado. Os ativistas não eram levados a sério pela opinião pública e nem pelos *media*. Assim, o que recebia maior destaque eram as medidas do Estado em prol da conservação de determinados ecossistemas e biomas. As manifestações dos ativistas eram representadas sob a ótica do desvio, das atitudes inusitadas e pitorescas, o que fragilizava o ideal conservacionista e fortalecia as ações do Estado.

Segundo a lógica conservacionista, a natureza é concebida como realidade objetiva, sob o domínio de saberes oriundos das Ciências Naturais, em perspectiva positivista. Entre as áreas de conhecimento de maior relevo, segundo esse enquadramento, destacam-se a Biologia, a Botânica, a Zoologia, a Agronomia e a Engenharia Florestal. Os cientistas e técnicos desses campos de saber empenhavam-se em encontrar explicações para os fenômenos naturais e como esse conhecimento poderia contribuir para a conservação do patrimônio natural. Entretanto, as temáticas ambientais são restritas aos ecossistemas habitados por espécies selvagens e cobertos por matas nativas, além de contarem com cachoeiras, nascentes e demais elementos da natureza virgem e selvagem.

Na fase do conservacionismo, o ambiente urbano não é associado com os estudos e debates sobre ecologia. Até então, existia uma concepção de que ambiente se limitava aos espaços ainda não habitados pelos homens. Os problemas urbanos não faziam parte das discussões ecológicas. Nesse período existia uma nítida dicotomia entre o campo e a cidade e uma preferência dos ecologistas pela defesa dos ecossistemas rurais, os quais deveriam ser preservados como santuários e como *habitats* predestinados para a reprodução de espécies da fauna e da flora.

Pádua (1986), em seu estudo sobre as origens da ecologia política, afirma que a tematização da degradação da natureza não é recente, como apregoam os ambientalistas. Tanto no Brasil como em Portugal a emergência de discursos em defesa da conservação dos recursos naturais remete aos anos de 1940 e 1950. Soromenho-Marques (2001) também chega à mesma conclusão. O conservacionismo, portanto, constitui uma das etapas do pensamento ambien-

tal nos dois países de reconhecida importância para a compreensão das etapas posteriores, inclusive do ponto de vista do desenvolvimento conceitual, com a incorporação de novas concepções sobre o tema.

No lastro da diversidade conceitual existente no contexto atual, o conservacionismo é considerado pioneiro. Depois surgiriam os termos “ecologismo” e “ambientalismo”. As raízes do conservacionismo remetem ao século XIX, quando naturalistas, artistas e amantes da natureza uniram-se para conter a caça, a pesca e a exploração de determinadas áreas naturais. O conservacionismo baseia-se em críticas diretas ao sistema capitalista de produção e à exploração da natureza em função de lucros. É baseado principalmente na Ecologia Natural, que consiste em pressupostos de um enfoque monodisciplinar, voltado exclusivamente para o estudo do *habitat*.

O conceito *Ecologia* envolve fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, visto que a relação indivíduo x sociedade compreende o exercício de diversos papéis sociais pelo cidadão, sendo ele, simultaneamente cidadão, consumidor e agente do processo sócio-cultural. Conforme Alphanbéry *et al.* (1992), não se deve considerar a ecologia como “ciência”, “teoria”, ou “disciplina”, mas como uma metodologia que permite reunir e organizar os conhecimentos com vistas a uma maior eficácia da ação. Ademais, acrescenta o autor:

A ecologia veicula valores e opções aparentemente contraditórias. Pode-se, em seu nome, apelar à ciência, à técnica ou à religião, exigir uma intervenção crescente do estado e das instituições mundiais ou, ao contrário, uma maior autonomia dos indivíduos e das coletividades; colocar-se a favor do ‘gênio’ do mercado ou fazer dele uma crítica radical; prever o apocalipse para amanhã ou acreditar que à humanidade nunca se propõe problemas que não possa resolver. Em resumo, se a sensibilidade ecológica está em toda a parte, ela é também um saco sem fundo, um bricabraque que as pessoas alimentam à vontade e no qual servem-se à *la carte*. E se, para qualquer um, ecologia rima com natureza, é evidente que nem todos estão de acordo sobre a natureza da ecologia (Alphanbéry *et al.*, 1992, p.8).

Já o ambientalismo, que se tornou o termo mais utilizado no contexto atual, reúne uma série de idéias e concepções que tornaram o debate mais complexo e abrangente, ao reunir campo e cidade, sociedade, cultura e natureza, como atores, fatores e processos sócio-dinâmicos e interdependentes. Na seqüência conceitual, portanto, é o termo que tenta superar as dicotomias e inter-relacionar todas as esferas da vida social da economia à cultura; da opinião aos comportamentos. Entretanto, é inegável que a evolução conceitual é tributária das idéias iniciais oriundas do campo do conservacionismo.

O impulso conservacionista influenciou tanto as políticas internas como as iniciativas internacionais em prol da defesa do património natural, como a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, de 1940. Em 1968, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) promoveu a Conferência Intergovernamental sobre o Uso Racional e Conservação da Biosfera, a qual também foi diretamente influenciada pelas idéias conservacionistas.

Nesse debate inicial, era nítida a oposição entre economia e ecologia, a exemplo dos documentos produzidos pelo Clube de Roma na década de 1960, cujas idéias basilares também receberam influências da ideologia conservacionista. Dezenas de relatórios e informes sobre o carácter das crises globais e localizadas, incluindo as crises do petróleo, ressaltavam a limitação dos recursos naturais e falta de políticas de conservação deles (Meadows et al, 1978; Mesarovic, Pestel, 1975).

É oportuno ressaltar ainda que o conservacionismo não deve ser reduzido a uma contribuição histórica e muito menos superada pelas concepções subsequentes. Ainda hoje existem reflexos expressivos do conservacionismo, tanto no campo das idéias como nas novas práticas consideradas ambientalmente corretas. Esses reflexos se manifestam ainda nas políticas públicas para o ambiente, com a delimitação de áreas protegidas e a catalogação de espécies ameaçadas de extinção, por exemplo. Mesmo nos debates mais recentes, como no caso das causas e conseqüências do aquecimento global, as idéias conservacionistas são retomadas, com a defesa de medidas para preservar as calotas polares, outro exemplo emblemático. Em suma, é possível afirmar que essa etapa vai além do status de antecedente histórico, visto que os pressupostos do conservacionismo ainda se manifestam na atualidade.

## 5 Pacifismo

Este estágio é representado com maior expressividade em Portugal, durante a década de 1950, com a defesa do ecopacifismo, movimento social que contestava o uso de energia nuclear, em contraposição às bombas utilizadas na II Guerra Mundial pelos Estados Unidos da América. O movimento defendia a paz entre os povos e a proteção da natureza contra eventuais desastres ecológicos decorrentes de vazamento de material radioativo.

Pereira Rosa (2006) aponta como marco dessa fase a transmissão televisiva da marcha da primeira campanha pelo desarmamento nuclear pelas emissoras de TV do Reino Unido, em 1958. A marcha foi realizada na cidade inglesa de Aldermaston e teve ampla repercussão na Europa. O evento fortaleceu os

movimentos ambientalistas da época, de conotação ecopacifistas, os quais se proliferaram em várias cidades europeias, inclusive Lisboa.

Ao contrário dos conservacionistas da fase anterior, cuja atuação era marcadamente voltada para a defesa das espécies da fauna e da flora, os ecopacifistas não se caracterizam como defensores exclusivos da natureza, mas da paz mundial, da convivência solidária e pacífica entre os povos. A natureza é evocada como exemplo de harmonia. Entretanto, alertam que essa situação harmônica poderia ser ameaçada pelo uso de armas nucleares, as quais poderiam dizimar populações urbanas (civis inocentes), mas também destruir florestas, monumentos naturais, prejudicar a paisagem e contaminar rios e lagos.

No Brasil, as manifestações apresentaram caráter mais tímido. Entretanto, em ambos os casos existem o ponto comum de uma concepção mais dramática da relação entre o homem e a natureza, ao contrário do romantismo que caracterizou a etapa anterior. A dramatização é adotada como estratégia para chamar a atenção da sociedade, devido à possibilidade de acidentes nucleares e seus impactos na natureza e nas grandes cidades. A estratégia foi responsável pela introdução dos protestos na agenda jornalística, devido ao tom dramático e ao apelo social, segundo Pereira Rosa (2006).

Certamente o ecopacifismo teve maior repercussão na Europa devido ao temor de novas guerras, o qual foi alimentado sobremaneira pela Guerra Fria e as constantes ameaças de instalação de bases nucleares na Europa. Esse temor abriu espaço para a dramatização do tema pelos *media*, com ampla repercussão na opinião pública, que respondeu com protestos e manifestações de grande apelo social. O estudo de Eduardo Viola (2005) sobre o impacto das questões ambientais nas relações internacionais destaca que o pacifismo redefiniu o sistema internacional e criou condições para a “governabilidade do ambiente global”:

Em primeiro lugar temos a clássica clivagem entre os estados nacionais, que continua sendo uma fonte fundamental de competição e cooperação, com uma diminuição do peso relativo do conflito e um aumento do peso da cooperação (comparado com o período da Guerra Fria) devido à intensificação da interdependência econômica e tecnológica. Na ordem inter-estatal, os EUA ocupam uma posição de superpotência, sendo que na sub-dimensão militar ocupam uma posição de hiper-potência e na sub-dimensão econômica compartilham a centralidade com a União Europeia e o Japão. A seguir vêm as potências regionais: Rússia, China, Índia e Brasil. Pela eficiência de sua governabilidade, os estados podem ser classificados em desenvolvidos, emergentes, semi-fracassados

e fracassados. A ordem inter-estatal continua fundamental nos problemas ambientais globais, à medida que são os Estados as partes contratantes nos regimes internacionais (p.184).

Os investimentos bélicos de vários países, especialmente dos Estados Unidos, passaram a preocupar vários organismos internacionais e a opinião pública, chocados com as conseqüências nefastas do uso de bombas atômicas no final da Segunda Guerra Mundial. As feridas da guerra na memória da população serviam de “gancho” para a imprensa manter o assunto em pauta, especialmente em Portugal, devido à proximidade geográfica.

É oportuno destacar que a preocupação ecológica com armas nucleares é muito anterior à bomba atômica. Em 1925, na Suíça foi assinado o *Protocolo de Genebra*, o qual proibia o uso de gases asfixiantes, tóxicos e seus congêneres. Igualmente, proibia o emprego belicoso de armas bacteriológicas. Entretanto, esse documento teve pouco efeito prático, o que mantinha em alerta a população e os jornalistas. Após a Segunda Guerra, o tema seria retomado pela ONU, com o *Tratado da Antártida* (1959), o qual tinha como objeto a recomendação do uso pacífico das pesquisas científicas realizadas no Pólo Sul, o qual se tornara objeto de disputa militar, a pretexto de instalação de bases para pesquisas científicas. Em 1963 foi assinado o *Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no Espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água*.

Também destacamos o *Tratado contra a Proliferação de Armas Nucleares*, assinado sob a chancela do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em 1968. Todos esses documentos contribuíram para manter o assunto na pauta da imprensa e alertar a população para eventuais riscos nucleares. Os movimentos ecopacifistas se fortaleceram com a assinatura desse acordo. Assim, o ecopacifismo foi se espalhando pelo mundo e adquirindo diversas conotações. Surgem, então, outras correntes ecológicas derivadas do combate às armas nucleares, tanto no Brasil como em Portugal, tais como os preservacionistas puros, os humanistas, os fundamentalistas, os esotéricos e os militantes dos partidos e associações ecológicas. As diversas vertentes ecopacifistas se juntam aos movimentos feministas e às diferentes formas de produção alternativa, críticos da cultura, da contracultura e defensores dos direitos humanos, da democracia e da paz.

Com essa conotação ampliada e diversificada, os diversos segmentos ecopacifistas contribuíram para a globalização do ideal do ambientalismo no mundo ocidental, processo que está em expansão atualmente para outras culturas, como explica Viola (2005, p.185), como no mundo islâmico, africano e hinduísta. Quanto mais o ambientalismo se torna globalizado, mais tênue se tornam as dicotomias entre economia e ecologia, com a emergência de idéias e

práticas mercadológicas que tentam conciliar consumo e preservação ambiental.

Outro aspecto relevante, resultado dessa visão integrada do ambiente com a economia de mercado e o liberalismo econômico é a concepção baseada no pressuposto de uma suposta relação entre ambientalismo e democracia liberal, como observa Viola (2005, p. 185), argumento que tenta legitimar o próprio estilo de vida ocidental:

A civilização ocidental ocupa definitivamente o lugar de vanguarda no processo civilizatório porque a combinação da economia de mercado, o individualismo, o estado de direito e a democracia representativa produziram uma sociedade muito superior no domínio da natureza e na construção de uma tecnosfera (as diversas estruturas técnicas que são produto do trabalho humano acumulado historicamente, em contraposição à biosfera, que é produto da história da vida).

Entretanto, a própria globalização do ambientalismo contribuiu para redefinir os movimentos ecopacifistas, com a inclusão de novas demandas, a exemplo das manifestações contrárias às condições degradantes de trabalho nos canaviais brasileiros para a produção de etanol e o combate ao trabalho infantil nas carvoarias e na produção de fibras vegetais no Nordeste. Essa redefinição nos mostra como os segmentos ecopacifistas são dinâmicos e também fortalecem o pressuposto da relação entre paz, democracia e ambientalismo.

No contexto atual, é possível identificar marcas e matizes desses movimentos e iniciativas que defendem a natureza e procuram promover a dignidade humana, a educação ambiental, a inclusão social, o combate à fome e à miséria e tantas outras manifestações que associam a paz ao bem-estar, ao respeito às diferenças, ao convívio pacífico entre comunidades, povos e nações. Na esteira desse ideal, podem ser incluídas várias organizações não-governamentais e projetos de voluntariado.

## **6 Denúncia de riscos ambientais e à saúde humana**

Esta fase combina elementos das duas etapas anteriores, mas volta-se mais especificamente para os riscos dos agrotóxicos sobre a saúde humana. Às estratégias anteriores, soma-se o início da politização do debate sobre ambiente, na esteira dos demais movimentos sociais de contestação que marcaram a década de 1960. Tanto no Brasil como em Portugal essa etapa foi marcada pela crítica ao sistema capitalista de produção agrícola e ao sistema de transferência de tecnologia rural para os países periféricos.

Esse debate situa-se no âmbito dos efeitos da chamada “revolução verde”, com o uso maciço de máquinas e defensivos agrícolas. Nesse estágio o noticiário é apresentado de forma esparsa, com abordagem pitoresca e dramática. A fase de denúncia sobre riscos ambientais teve como eixo os estudos de Rachel Carson sobre os efeitos nocivos dos pesticidas na agricultura.

Outro tema que adquiriu grande relevância foram os efeitos da poluição urbana à saúde humana. Inicialmente, a discussão limitava-se às metrópoles e megalópoles, devido às emissões de gases das fábricas e indústrias e à poluição decorrente do uso de combustíveis nos meios de transportes, especialmente o automóvel.

Posteriormente, a distribuição mundial de poluentes tornou-se um dos temas principais dessa fase, contribuindo para o processo de globalização do ambientalismo. Estudos científicos demonstravam que os gases poluentes propagavam-se, via atmosfera, pelo mundo inteiro. As conseqüências da distribuição de poluentes passaram a ser objeto de estudo de pesquisas científicas e de reportagens com casos de vítimas de doenças crônicas ou até mesmo de morte de idosos e pessoas portadoras de enfermidades respiratórias.

A abordagem científica tornou-se tão especializada, que deu origem a um novo campo de estudos, a Ecologia Patológica, definida por Nusdeo (1975), como a ciência que estuda os males causados pela poluição na saúde humana. Segundo as reportagens baseadas em estudos dessa vertente científica, enfisema pulmonar, bronquite, asma e câncer tornaram-se as moléstias mais comuns, em decorrência da poluição, o que chamou a atenção de organismos internacionais, como a ONU.

Além da contribuição da ciência, é oportuno destacar a divulgação pela imprensa de acidentes ambientais de elevado impacto social. Duarte (2005) apresenta um levantamento de uma série desses acidentes, no período de 1970 a 1980, em seu estudo sobre riscos ambientais, como a explosão de Ciclohexano em 1974 na cidade de Flixborough (Reino Unido); explosão de propeno na cidade de Beek na Holanda, em 1975; o incêndio no reator da central nuclear de Three Mile Island (USA), em 1979; a explosão da usina nuclear de Chernobyl (URSS), em 1984; explosão e incêndio no terminal de estocagem de gás liquefeito de petróleo (GLP), na Cidade do México (México), em 1984; e o vazamento de gás tóxico na unidade de processamento de Isocianato de metila na cidade de Bopal (Índia), em 1984<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Os dados fazem parte de levantamento mais abrangente realizado por LEES, Frank P. (1996). *Loss prevention in process industries: hazard identification, assesment and control*. Butterworth Heineman.

Embora esse levantamento não seja completo, como o próprio autor reconhece, trata-se de uma coletânea representativa e emblemática sobre os riscos ambientais e seus impactos na sociedade. O elevado número de mortos e feridos e a gravidade das seqüelas físicas e psicológicas nos sobreviventes chamam a atenção dos *media* e da população mundial, o que torna os riscos ambientais um assunto de grande apelo dramático. A título de exemplo, no caso de Bopal, o governo da Índia divulgou dados que indicavam mais de quatro mil mortos e de 30 mil casos de invalidez permanente.

Os riscos são apontados pelo autor como inerentes à escala industrial que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial, com a produção em grande escala e em ritmo acelerado. Entretanto, ressalva Duarte, se a indústria encontrou meios de aumentar sua produção, ainda existem deficiências em relação às medidas de prevenção aos acidentes de grande impacto, o que coloca os países em alerta a respeito da necessidade de manter o acelerado ritmo de crescimento, mas em consonância com medidas de responsabilidade corporativa, a fim de que outros desastres tecnológicos sejam evitados no futuro.

O estudo de Pedro Vieira de Almeida, intitulado “Portugal: o vermelho e o negro” chama a atenção para o risco específico dos incêndios florestais. Para o autor, um país em chamas a cada verão é uma situação de risco permanente para a biodiversidade, os recursos hídricos e a própria sociedade. Conforme sua análise, o problema se repete a cada ano porque os fogos são apresentados como fenômeno natural, desvinculados da ação humana e da falta de políticas do Estado para combater e prevenir a queima anual das florestas.

O mesmo ocorre no Brasil a cada período seco, com grandes prejuízos que se repetem anos após ano, como registra Costa (2005). Esse foco específico de risco ambiental no Brasil, conforme a leitura da autora tornou-se objeto de atenção da sociedade civil – mais do que do Estado. A intervenção positiva dos movimentos sociais, em sua avaliação, contribuiu efetivamente para reforçar a consciência ambiental de uma diversidade de agentes sociais sobre os impactos destas ações predatórias, especialmente na Amazônia e nos Cerrados.

Tanto no Brasil como em Portugal, os estudos analisados destacam com ênfase o potencial dos riscos ambientais causados pelos fogos acidentais, os quais, de forma previsível e repetida, destroem o patrimônio natural, comprometem a biodiversidade e aumentam a emissão de gases que acentuam o efeito estufa. A gestão preventiva desses riscos previsíveis e manejáveis é apresentada pelos dois autores mencionados como uma das alternativas para amenizar os impactos negativos no ambiente e na sociedade. Uma aliança entre movimentos sociais, organizações não-governamentais do ambiente e instituições estatais poderia resultar em iniciativas inovadoras e eficientes para

combater os incêndios florestais e gerar uma nova cultura de gestão desses riscos ambientais.

## 7 Intervenção da ONU

Este estágio foi decorrência do anterior (sobre os efeitos da poluição), marcado pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol da realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, conhecida como a Conferência de Estocolmo (1972), a qual constituiu um marco histórico para o alastramento do pensamento ecológico no mundo contemporâneo. A Declaração de Estocolmo influenciou diretamente o Brasil e Portugal, devido às críticas à forma com esses países administravam seu patrimônio natural. Durante o evento, a Delegação Brasileira não hesitou em defender a tese do desenvolvimento industrial com poluição, mesmo contrariando a maioria dos 112 países com representantes no fórum.

Portugal, ao contrário, saiu fortalecido da reunião, pois agiu de forma proativa, ao realizar relatórios sobre a situação ambiental no território português e apresentar um plano de gestão para o setor. Este momento foi marcado pela construção do aparato burocrático para a defesa do ambiente nos dois países, com a criação de organismos oficiais voltados especificamente para a formulação e execução das políticas ambientais, como Comissão Nacional do Ambiente, instituída pelo governo de Portugal, em 1971; e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), criada pelo governo brasileiro em 1973. Esta etapa marcou o início da delimitação de áreas especialmente protegidas, como as estações ecológicas e os parques nacionais. O noticiário nesta fase é realizado forma episódica e centrado nas ações do Estado.

A intervenção da ONU tem produzido resultados positivos nos mais diferentes campos, como nas práticas agrícolas, na redução de pesticidas e agrotóxicos, na geração de energia a partir de matrizes renováveis, na gestão de recursos hídricos e florestais e nas mais diversas formas de gestão sustentável e racional dos recursos naturais. Apesar das barreiras impostas pelo *lobbying* das grandes corporações dos mais diversos segmentos da economia, a intervenção de organismos internacionais apresenta o mérito de pelo menos incluir determinados temas na agenda e no debate internacionais, mesmo que os resultados não sejam imediatos.

Aliás, um dos méritos da atuação da ONU é o fortalecimento da chamada “diplomacia verde” e a emergência de mecanismos inovadores como os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), a instituição do mercado de créditos de carbono e de outros instrumentos reconhecidos internacionalmente, como

a servidão ambiental, a servidão florestal e a criação de áreas protegidas. Os mecanismos de servidão, estimulados pela ONU, já encontram respaldo jurídico em vários países, em paralelo com o princípio da servidão aplicada a outras áreas, como prédios com utilidade pública, ruas, estradas, rios etc. O estatuto jurídico da servidão consiste em atribuir finalidade pública, com função social ou uso coletivo de determinados patrimônios, mesmo que sejam particulares. Assim, a servidão florestal, por exemplo, aplica-se às áreas florestais de grande porte. Segundo esses princípios, o proprietário de terra pode ser compensado financeiramente pelo Estado ou receber incentivos fiscais e tributários a fim de preservar determinada área florestal de suas terras, visto se tratar de um patrimônio natural que beneficia a coletividade, mediante a retirada de carbono da atmosfera.

A servidão ambiental abrange também os campos limpos, as savanas, as áreas úmidas, a vegetação rupestre, as falésias, as restingas e os manguezais. A servidão ambiental inclui ainda a imposição legal ao proprietário do imóvel de cuidar da fauna e dos recursos hídricos existentes em suas terras, posto que todas as formas de biodiversidade são importantes para o planeta e não apenas as áreas florestais.

A partir da intermediação da ONU foi possível a assinatura de vários acordos internacionais, com a intervenção da “diplomacia verde”, que influenciaram os mecanismos internacionais de proteção à natureza. Entre esses acordos destacam-se a *Convenção sobre Direitos do Mar*, assinada em 1982; a Declaração assinada durante a Conferência de Ottawa, no Canadá, em 1986, que retomou algumas teses do Clube de Roma e reforçou argumentos que surgiram em Estocolmo; o *Relatório Brundtland*, publicado em 1987; e a *Convenção Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*, promulgada em 1988, tendo também a ONU como protagonista. Além disso, mais recentemente, grande parte do debate sobre aquecimento global e redução de poluentes está diretamente associada ao trabalho da ONU, a despeito das resistências de países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

Por fim cabe ressaltar a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em 1992, com o objetivo de assegurar o acompanhamento efetivo dos compromissos assumidos durante a Conferência do Rio, além de promover a cooperação internacional e a integração das questões ambientais e do desenvolvimento na tomada de decisão intergovernamental; e avaliar os progressos obtidos na implementação da Agenda 21 nos níveis local, nacional e internacional (Mousinho, 2005, p.343).

Ainda sob a chancela da ONU foram realizados diversos outros eventos internacionais para dar continuidade às discussões iniciadas em Estocolmo

(Eco 1972) e retomadas na Conferência do Rio (Eco 1992). Entre esses eventos destacam-se a *Rio+5*, realizada em 1997, cinco anos após a *Rio 92* para avaliar as políticas que resultaram do chamado “espírito do Rio”. Apesar de os primeiros resultados terem sido considerados insatisfatórios, o documento final da *Rio+5*, com o respaldo da assinatura de 165 chefes de estado, reforçava a intenção de fortalecer as políticas sustentáveis, com ênfase para temas como mudanças do clima, perdas de florestas nativas, erosão de solos, poluição de rios e escassez de água potável.

Cinco anos depois, a ONU realizaria mais um evento ambiental de repercussão mundial, a *Rio+10*, em 2002. O evento resultou na *Declaração de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável*, com a assinatura de 104 chefes de estado. Entretanto,

enquanto as Nações Unidas consideram que, diante de um quadro de crescimento da pobreza e da degradação ambiental, a *Rio+10* tenha obtido sucesso ao criar um sentido de urgência, compromissos para ação e parcerias para atingir resultados palpáveis, manifesta-se, por outro lado, um grande desapontamento em relação aos resultados da reunião, considerada por muitos um fracasso, em virtude da falência da maior parte dos pontos de negociação propostos (Mousinho, 2005, p.362).

Em síntese, a intervenção da ONU deve ser analisada de forma crítica, com o reconhecimento de seus méritos, mas também com ressalvas. Entre os méritos estão os esforços para a constituição de uma agenda ambiental em nível internacional, com ampla visibilidade e destaque pelos *media*. É inegável o quanto esse esforço serviu para alertar as populações e chamar a atenção da opinião pública mundial, seja para os chamados temas globais, seja para os problemas mais localizados. Entre as ressalvas, cabe destacar a fragilidade dos acordos internacionais e a falta de mecanismos políticos para maior intervenção da ONU nos casos de falta de determinação de alguns países que se negam a pôr em prática os princípios aprovados nos fóruns internacionais.

## **8 Sustentabilidade**

Esta fase foi marcada pela transição do conservacionismo para o desenvolvimento sustentável, com a tentativa de conciliar crescimento econômico com a preservação ambiental. Como parte de uma redefinição social do campo ecológico surgiu o conceito de eco-desenvolvimento, que se reporta a um enfoque sistêmico de análise e planejamento de um novo estilo de desenvolvi-

mento regional e local endógeno e orientado para a satisfação de necessidades básicas (materiais e psicossociais) das populações envolvidas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez durante a Conferência da Biosfera, em Paris (1968). Entretanto, como enfrentou resistências de países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, o termo foi retomado três anos depois, por ocasião da realização da Conferência Founex, na Suíça (1971), por Ignacy Sachs e Maurice Strong, com o objetivo de caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, potencialmente forte e de cunho anti-tecnocrática. Trata-se, pois, de uma concepção gestada em um campo de conflito entre duas correntes de pensamento diametralmente opostas. Uma defendia o crescimento econômico a qualquer custo, entendendo o meio ambiente como uma simples fonte de matérias-primas e recursos para gerar riquezas. A outra anunciava de forma apocalíptica e catastrófica os limites desse sistema econômico, apregoando o iminente esgotamento dos recursos naturais e trágicas conseqüências da poluição urbana.

A idéia de eco-desenvolvimento, portanto, surge como uma proposta intermediária, com as discussões iniciadas na Conferência da Biosfera, na Reunião de Founex e na Conferência de Estocolmo. A concepção de eco-desenvolvimento recusa, portanto os postulados do ecologismo absoluto e do economicismo que se tornou a alavanca do “capitalismo predador”. Defende um novo estilo de desenvolvimento, orientado pelo princípio da justiça social, em harmonia com a natureza e não apenas por meio de sua conquista. Trata-se, pois, de um conceito operacional e pragmático, que propõe outra forma de gestão dos recursos naturais.

A etapa da sustentabilidade foi reforçada com a Cimeira da Terra (Eco 92 ou Rio 92), quando se inicia o modelo mediacêntrico, com noticiário fixo e estabelecido sobre temas ecológicos em praticamente todos os meios de comunicação. Com efeito, a Conferência do Rio tornou-se um marco na discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento econômico e social, tanto em termos midiáticos como no que se refere à redefinição de diretrizes políticas voltadas para a mudança de mentalidade, de hábitos da população e de práticas empresariais.

A Agenda 21 é conseqüência desse momento da história ambiental. Como explica Mousinho (2005), trata-se de um documento aprovado durante a Rio 92, com o objetivo de traduzir em ações concretas o conceito de desenvolvimento sustentável. A proposta foi formulada com a participação de representantes de 179 países, ao longo de dois anos antes da Conferência do Rio. São mais de 2.500 ações a serem implementadas ao longo das próximas décadas do

século XXI. O texto aprovado prevê três instâncias: *Agenda 21 Internacional*, *Agenda 21 Nacional* e *Agenda 21 Local*.

Ainda como parte relevante do debate sobre sustentabilidade foram propostas a *Agenda Azul*, a *Agenda Marrom* e a *Agenda Verde*. A primeira diz respeito ao conjunto de medidas a serem adotadas para ao manejo sustentável dos recursos hídricos. A segunda se refere a temas específicos do ambiente urbano, como a poluição atmosférica, saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos. A terceira abrange a agenda para a gestão das áreas protegidas, a fim de preservar a biodiversidade e os recursos genéticos do planeta. Da mesma forma, a *Declaração de Princípios das Florestas* apresentou os pontos consensuais em relação ao manejo, conservação e exploração sustentável de todos os tipos de florestas, considerado por Mousinho (2005), o primeiro documento internacional que apresentou avanços relativos ao uso e conservação das florestas e matas nativas.

Enquadram-se na mesma categoria as medidas para reduzir a erosão dos solos, a expansão da desertificação e a instituição de planos de manejo para áreas de preservação permanente, planos de gestão para resíduos sólidos, tratamento de esgotos e preservação dos lençóis freáticos e medidas de incentivos a práticas de reciclagem. Outro avanço, nesse contexto, foram as iniciativas para a promoção da sustentabilidade energética, como as medidas para o desenvolvimento de energias a partir de fontes renováveis, como energia gerada por biomassa, pelo sol, pelos ventos e pelas marés..

Outro relevante foco da sustentabilidade é a redefinição dos modelos de gestão das cidades, com a implantação de novas formas de infra-estrutura que levem em conta o uso de energia, a redução de emissão de poluentes, a mobilidade da população, alterações nos sistemas de edificação, de transportes, de coleta de lixo, etc. Surge, assim, o chamado modelo de cidades sustentáveis, a fim de combater os problemas urbanos que prejudicam cada vez a qualidade de vida e o bem-estar da população, com o aumento de todas as formas de poluição, sobretudo atmosférica, sonora e visual. A sustentabilidade urbana é apontada, portanto, como um dos eixos da mudança de comportamento a favor de um mundo menos poluído. Entretanto, o conceito de cidades sustentáveis engloba ainda a redução de desigualdades sociais e o respeito aos direitos humanos.

A *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* instituiu 27 princípios de orientação para ações internacionais pautadas pelo princípio da responsabilidade ambiental e econômica. Além disso, o texto define as responsabilidades governamentais em relação ao desenvolvimento sustentável e reforça a concepção de que os seres humanos devem ser postos no centro

das políticas verdes. O pressuposto é o de que os principais favorecidos com a sustentabilidade são os próprios seres humanos.

Todas essas propostas reforçam a idéia de desenvolvimento sustentável, um modelo em construção, o qual se contrapõe ao sistema oriundo da Revolução Industrial, a partir de práticas consideradas ecologicamente predatórias e socialmente injustas. O modelo da sustentabilidade requer “um horizonte de planejamento que vai além das necessidades e aspirações das populações atuais e exige, de imediato, a integração das questões ambientais, sociais e econômicas” (Mousinho, 2005, p.348). Conforme a autora, esse novo modelo vai além, pois a adoção de um ponto de vista multigeracional no cuidado com o capital natural e a imposição de limites ao crescimento foram idéias amadurecidas no decorrer do século passado, “culminando em 1987 na definição clássica de desenvolvimento sustentável, enunciada no *Relatório Brundtland*” (p.348).

O modelo em discussão foi apresentado como um estilo de desenvolvimento voltado para atender as necessidades do presente, mas sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades. Com o passar do tempo, as concepções de sustentabilidade tornaram-se cada vez mais abrangentes, ao incluir outras dimensões, como a cultural, a demográfica e de justiça social. “Apesar de dar margem a múltiplas interpretações, o conceito de desenvolvimento sustentável tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão ambiental” (Mousinho, 2005, p.349).

Nesse processo de redefinição de modelos industriais e de mudanças de opiniões e de atitudes, a educação ambiental é apontada pela autora citada como combustível para a construção de uma nova realidade. Ao despertar a preocupação individual e coletiva para os problemas de um mundo insustentável, a educação para a sustentabilidade contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, a fim de permitir aos indivíduos o enfrentamento dos desafios e obstáculos às práticas sustentáveis no cotidiano de cada um.

Assim, a educação ambiental “desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política” (p.349).

No contexto atual, os meios de comunicação exercem papel cada vez mais relevante na difusão de informações e de conhecimentos úteis ao cidadão, do ponto de vista da educação para a sustentabilidade. Afinal, como complementa Novais (2005, p.330), o cidadão é o agente do processo de mudança de mentalidade e de comportamento: “A construção do desenvolvimento sustentável é uma tarefa para toda a sociedade, não apenas para os governos. Exigirá o

empenho dos empresários e de todos os outros setores. Exigirá o engajamento de cada cidadão”.

#### VI - Aquecimento global

Este estágio tem como marco o protocolo de Kyoto, assinado no Japão, em 1997, com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes e contou com a adesão de mais de 80 países. O documento prevê que, entre 2008 e 2012, os países desenvolvidos reduzam suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. O acordo impõe patamares diferenciados de reduções para 38 dos países considerados os principais emissores de dióxido de carbono e de outros cinco gases-estufa. Para os países da União Européia, foi estabelecida a redução de 8% com relação aos índices de gases em 1990. Para os Estados Unidos, a diminuição prevista foi de 7% e, para o Japão, de 6%. Para a China e os países em desenvolvimento, como o Brasil, Índia e México, ainda não foram estabelecidos níveis de redução. Os Estados Unidos, país que mais emite gases estufa, desistiram do acordo em março de 2001<sup>3</sup>.

Além das metas de redução de emissões de carbono, o documento estabelece outras medidas, como o estímulo à substituição do uso dos derivados de petróleo pelo da energia elétrica e do gás natural. O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciados com a Toronto *Conference on the Changing Atmosphere*, no (Canadá, 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em (Suécia, 1990). Esses eventos serviram de base para Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (1992). O auge desse momento pode ser considerado o anúncio do quarto relatório do IPCC, em Paris, no início de 2007. Nessa etapa, devido ao apelo dramático, o modelo mediocêntrico foi reforçado e ampliado, com noticiário continuado sobre o tema.

O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima resultou de um núcleo de estudos estabelecido em 1998 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de avaliar com isenção técnica e de forma abrangente as causas e efeitos das mudanças climáticas. Certamente o rigor

<sup>3</sup> O *ranking* dos países poluidores, segundo dados apresentados pela Convenção de Mudança Climáticas, que ocorreu em Haia, com dados de 1997 são: 1) Estados Unidos; 2) China; 3) Federação Russa; 4) Índia; 5) Japão; 6) Alemanha; 7) Austrália; 8) África do Sul; 9) Reino Unido; 10) Coreia do Sul. Nesse ranking, o Brasil ocupa o 17º lugar e Portugal em 45º. O ranking completo, até a 50ª posição está disponível no sítio [www.carma.org](http://www.carma.org). Os dados foram organizados pelo *Carbon Monitoring for Action*, em parceria com o *Center for Global Development*.

técnico dos estudos contribuiu para dar mais credibilidade aos relatórios do IPCC e aumentar a repercussão dos dados e informações divulgados.

O debate internacional sobre o efeito estufa é muito anterior ao Protocolo de Kyoto. As primeiras discussões tiveram início ainda na década de 1980, com as pesquisas científicas que indicaram o desgaste da camada de ozônio, o aumento da irradiação solar ultravioleta e o conseqüente aumento da temperatura nas camadas mais baixas da atmosfera. A *Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio*, assinada em 1985 sistematizou as propostas para a proteção da atmosfera, com vistas a evitar danos à saúde humana e à biodiversidade. O documento estabelece parâmetros para estimular a pesquisa e o intercâmbio de informações técnicas entre os países, a fim de estimular o trabalho científico e potencializar seus resultados a favor da redução dos impactos da radiação ultravioleta na Terra.

A *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*, assinado durante a Rio 92 chamou a atenção dos governos e da população para a necessidade de redução das emissões de gases que aumentam o efeito estufa. Conforme o texto, a estabilização das emissões deve ocorrer de modo a permitir a adaptação natural dos ecossistemas às mudanças do clima, a fim de não comprometer a produção de alimentos e as demais atividades essenciais à vida na Terra.

A ênfase aos efeitos do aquecimento global pôs em evidência conceitos como ativo/passivo ambiental, capital natural, comércio de emissões, sumidouro de carbono e zoneamento ecológico-econômico, entre outros. Ativo ambiental é entendido como o conjunto de bens e direitos “destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, incluindo os gastos efetuados com conservação ambiental ou com a prevenção e redução de danos ambientais potenciais” (Mousinho, 2005, p.337). Já o passivo ambiental, prossegue a autora, constitui o conjunto de obrigações “contraídas de forma voluntária ou involuntária, que exigem a adoção de ações de controle, preservação e recuperação ambiental” (p.337).

O capital natural é considerado pela mesma autora “o estoque de bens e serviços, tangíveis e intangíveis, fornecidos ao homem pelos sistemas naturais” (p.340). Nesse conceito é incluída a oferta de recursos naturais para produção de bens econômicos, a produção de oxigênio, a regulação do clima, o controle da erosão e a capacidade de assimilação de dejetos pelos ecossistemas.

O comércio de emissões é um mecanismo recente, estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, com o objetivo de estimular iniciativas para o chamado seqüestro de carbono (retirada de gás carbônico da atmosfera). Consiste em um

mecanismo de mercado que permite a troca de cotas de emissões de gases de efeito estufa. Assim, um país que não conseguir cumprir as metas de redução, poderá compensar sua deficiência ao adquirir a cota excedente de outro país. É o chamado mercado de créditos de carbono.

Os sumidouros de carbono tornaram-se agentes reconhecidos de combate ao aquecimento global, com o estímulo aos processos e atividades para absorver grandes quantidades de CO<sub>2</sub>. O reflorestamento, a recuperação de áreas degradadas, a recomposição das matas ciliares são exemplos de projetos de sumidouros de carbono. Além de iniciativas governamentais, vários setores do mercado passaram a investir em projetos dessa natureza, como bancos e indústrias. O mercado verde passou a mobilizar milhões, com ampla publicidade dos *media*. Até mesmo o mercado publicitário tornou-se susceptível a iniciativas consideradas ecologicamente atrativas, sob essa perspectiva.

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) passou a ser considerado outro instrumento poderoso de combate ao aquecimento global, visto se tratar de um mecanismo de ordenamento racional do território. Com o zoneamento, é possível estabelecer medidas de proteção ambiental e conservação da biodiversidade ao mesmo tempo em que se permite a exploração econômica de recursos naturais como água, vegetação e solo. O ZEE tem como objetivo sistematizar e integrar planos, programas, projetos e atividades que, “direta ou indiretamente utilizem recursos naturais, de modo a subsidiar as decisões de planejamento social, econômico e ambiental do desenvolvimento e do uso do território nacional em bases sustentáveis” (Mousinho, 2005, p. 337).

### 3. As fases da cobertura de imprensa

Os estudos analisados demonstram que na de 1970, a cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal compartilha várias características comuns, como o estreito leque de categorias, com ênfase para poluição, proteção de espécies da fauna e da flora e a criação e áreas protegidas (parques, reservas ecológicas). Nessa primeira fase da cobertura jornalística, em ambos os países, o enfoque é, pois, marcadamente conservacionista, condizente com o contexto da época, cujo discurso predominante era aquele que defendia a natureza com valor quase absoluto e intocável. O conservacionismo, portanto, como já foi caracterizado anteriormente, influenciou diretamente a primeira fase da cobertura de imprensa nos dois países. Além dos fatores contextuais, certamente é cabível a hipótese de que, nesse período, havia muitos jornalistas simpatizantes do ideal conservacionista e militantes das organizações que surgiam em defesa da natureza. É oportuno ressaltar ainda que, nesse período a abrangência das notícias sobre ecologia era bastante limitada, praticamente restrita a duas categorias: fauna e flora. Entretanto, a inclusão desses temas na

pauta da imprensa contribuiu para abrir espaços para a futura diversificação da agenda e a o surgimento de públicos interessados em informação ambiental.

Na década de 1980, os temas ecológicos também apareceram de forma expressiva. Entretanto, outras categorias adquiriram relevância, tais como: movimentos ecológicos, estudos ecológicos, tecnologias ambientais e a emergência do mercado verde. Isso se justifica porque foi na década de 80 que novos atores passaram a ser considerados importantes pela imprensa, como os cientistas, ambientalistas e empresários. É a época da abertura política (nos dois países), das reivindicações pela redemocratização, com destaque para as manifestações sociais da sociedade civil organizada. Surgem, então, novas relações de poder, a partir da emergência de novos atores sociais e políticos como os ambientalistas e os “*políticos verdes*”.

Até então, a cobertura de imprensa no Brasil e em Portugal apresentavam um discurso ecológico monolítico e monosssetorial, cujo protagonista era o Estado. Tal perspectiva evidenciava-se mesmo quando ressaltava o conservacionismo, pois as medidas de conservação que os jornais destacavam eram aquelas conduzidas pelos órgãos governamentais. Nas décadas de 1970 a 1980, observa-se a existência de dois momentos relevantes na configuração geral do discurso ecológico-ambiental. O primeiro, marcado pela polarização entre comunidade científica e Estado, predominou nos anos 70. O segundo, mais abrangente, além desses dois atores, já incorporou movimentos ambientalistas, políticos e sociais e organizações não-governamentais, na década de 1980.

Nesse último já se vislumbra um terceiro momento que se configurará na década seguinte, o qual será marcado pela intensificação das relações de poder no plano internacional. Assim, essa fase reflete maior diversificação da agenda ambiental e as transformações políticas da própria sociedade, seja no Brasil, seja em Portugal, corroborando a concepção de que a imprensa é uma instituição que retrata o dinamismo social e as novas idéias e tendências de comportamento. O ambientalismo constitui um exemplo emblemático desse processo.

No início da década de 1990, a imprensa concentrou-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cimeira da Terra (Eco 92 ou Rio 92). A questão política foi a tônica da cobertura jornalística nos dois países estudados. As relações de poder entre as nações aparecem explicitamente na oposição norte-americana ao acordo sobre biodiversidade, fato que desencadeou o surgimento de tantos textos sobre o assunto.

Um aspecto que chama atenção nos estudos analisados é que a imprensa brasileira ignora a agenda ambiental portuguesa e vice-versa. Ao se referirem

às políticas ambientais da União Européia – um dos grandes temas da cobertura internacional dos *media* no Brasil – Portugal sequer é mencionado pelos jornais brasileiros, mesmo quando se trata da Rio 92, o principal evento ambiental mediatizado. Em levantamento realizado sobre a cobertura da imprensa brasileira a respeito do evento, não há registro de matérias sobre a atuação da delegação portuguesa na Conferência do Rio (Oliveira, 1996; Barros, 1999). Da mesma forma, nas investigações realizadas em Portugal não há registros sobre a cobertura jornalística acerca de ambiente dos *media* no Brasil.

A imprensa brasileira destacou a atuação da União Européia, com ênfase para os países já considerados protagonistas da defesa de políticas ecológicas como a Suíça, Alemanha e Holanda. Os jornais publicaram matérias que tratavam de tentativas de definir uma política ambiental comum, a exemplo da criação do imposto sobre consumo de combustíveis, proposta em 1991, pela Suíça, além de medidas isoladas de cada país, com ênfase para a Alemanha. Os jornais portugueses também enfatizam as notícias que dizem respeito à União Européia. Enfim, a cobertura em nível internacional, nos dois países, foi limitada.

Apesar das idiossincrasias de cada lado, podemos afirmar que a Eco 92 representou um marco no modo de fazer jornalismo sobre ambiente, tanto no Brasil como em Portugal (e provavelmente em todo o mundo ocidental). Ainda no início da década de 1990, com os preparativos para a realização da Cimeira da Terra, a problemática ecológica teve ampla repercussão no cenário nacional, tanto no que se refere à esfera governamental, como nos *media*. Uma das principais novidades introduzidas pelo debate jornalístico após o evento foi a grande quantidade de notícias relacionadas à concepção de desenvolvimento sustentável, o qual deixou de ser um mero conceito e passou a ser associado pelos *media* às práticas cotidianas.

O assunto mereceu destaque pelo fato de que o direito ao desenvolvimento tornou-se algo indiscutível do ponto de vista da soberania e autodeterminação dos povos. A preocupação passou a ser a de empreender modalidades de desenvolvimento compatíveis com os padrões de exigência quanto à preservação ambiental. Nesse debate, os meios de comunicação exerceram papel didático e cívico na tradução de tais idéias para o grande público de forma acessível e em linguagem relativamente simples.

A contribuição maior da Conferência do Rio, na opinião de Leis (1995, p.34) não pode ser medida com base apenas na gama de acordos e protocolos internacionais, “mas precisamente na emergência germinal de uma sociedade civil planetária”, expressa na constituição de um “espaço público comunicativo” onde se encontram as diversas dimensões que compõem o ambientalismo,

com raízes tanto no Sul quanto no Norte, no Leste ou no Oeste, e pertencentes tanto ao sistema político como aos sistemas social e econômico.

A despeito de sua configuração como evento emblemático, após a Rio 92, conforme o autor citado, houve um processo de desorientação do ambientalismo, fruto da rápida perda de seu principal marco de referência simbólico e organizativo na conjuntura. Paralelamente, a sociedade civil que antes vinha recebendo uma enorme dose de informação sobre a problemática ambiental, por intermédio dos meios de comunicação, agora é bruscamente reorientada para outros temas, tanto de natureza política como econômica. Esse desgaste mostra também o excesso de entusiasmo dos *media*, que apostaram alto no significado simbólico e espetacular do evento.

Assim, os jornalistas e os próprios meios de comunicação tiveram que rever sua forma de pautar e repercutir temas ecológicos. Percebeu-se que não havia uma agenda ambiental precisa e sistematizada, com determinação de prioridades na área da sustentabilidade ambiental, além de deficiências no processo de produção e circulação de informação, sobretudo no que se refere ao aspecto inter-setorial, ou seja, na relação entre ambiente e os demais temas da agenda pública. A emergência de assuntos de grande amplitude como sustentabilidade e aquecimento global contribuiu para essa redefinição da posição dos *media* e dos jornalistas em relação à cobertura de ambiente, tanto no Brasil como em Portugal. Um dos fatores que teve participação decisiva nesse sentido foi a incorporação de temas nacionais e locais à cobertura sobre os efeitos das mudanças climáticas, por exemplo.

#### **Considerações finais**

Após a análise proposta, o que se observa é que os estudos de jornalismo realizados no Brasil e em Portugal identificam do ponto de vista histórico, as entidades e movimentos ambientais como os que mais exerceram influência sobre o jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal. A consolidação de fontes independentes, a partir da década de 1980, é apontada como um marco na divulgação de notícias sobre ambiente em Portugal (Pereira Rosa, 2006).

Observa-se ainda que os investigadores caracterizam as relações entre os atores ecológicos nos dois países, a partir de diversas abordagens analíticas, como as perspectivas históricas, política, sociológica e jornalística. Outra constatação é de que não existem diferenças expressivas nos paradigmas jornalísticos que norteiam as investigações nos países mencionados.

Historicamente, considerando-se as principais vertentes do discurso ecológico que antecederam o jornalismo ambiental, (oficial, científico e ambientalista), do ponto de vista qualitativo, os estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal tendem a identificar o discurso científico como o mais relevante para a cober-

tura dos *media*, antes da afirmação das entidades ambientalistas como fontes especializadas e com elevado grau de confiabilidade. Isso se explica porque na década de 1970, os *media* percebiam com grande desconfiança o discurso oficial e as entidades ambientalistas emergentes nesse período eram associadas à imagem de militantes radicais, com um discurso marcado pelos protestos e contestações inconseqüentes.

Por fim, cabe destacar que a sistematização dos estudos de jornalismo sobre o tema, a fim de reconstituir os antecedentes das investigações, seus desdobramentos e influências diretas na forma de se analisar notícias produzidas sobre meio ambiente no Brasil e em Portugal contribuiu para um passo relevante no que se refere à comparação entre estudos realizados nos dois países. Além disso, é necessário reiterar as tantas possibilidade de análises comparadas entre os problemas brasileiros e os portugueses. Trata-se de uma área extremamente fértil para projetos de intercâmbio acadêmico. A pesquisa identificou que há muitas similaridades entre os estudos sobre jornalismo ambiental realizado no Brasil e em Portugal. Existe, portanto, um campo fértil para ser explorado pelos pesquisadores dos dois países, bem como de todos aqueles oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

## 9 Referências

- ACOT, P (1990). *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campos.
- ALPHANDÉRY, Pierre et al. (1992). *O equívoco ecológico: riscos políticos da inconseqüência*. São Paulo: Brasiliense.
- CAUTELA, A. (1977). *Ecologia e luta de classes em Portugal*. Lisboa: Sociotur.
- COSTA, A. F. da; ÁVILA, P.; MATEUS, S. (2002). *Públicos da ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- LEIS, Héctor Ricardo. (1995). Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.15-43.
- LEIS, Héctor Ricardo. (1996). *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia.

- LEIS, Hector Ricardo (1999). *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade*. Contemporânea. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC.
- MEADOWS, Donella et al. (1978). *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectivas.
- MOUSINHO, Patrícia (2005). Glossário ambiental. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p.332-367.
- NUSDEO, F. (1975). *Desenvolvimento e Ecologia*. São Paulo: Saraiva.
- PÁDUA, José Augusto (1986). *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- PÁDUA, José Augusto (1989). Espaço público, interesses privados e política ambiental. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p.2-4, out./dez. 1989.
- PEREIRA ROSA, Gonçalo. (2006): *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.
- SCHMIDT, L. (1993). *O verde: preto no branco*. Lisboa: Gradiva.
- SCHMIDT, L. (2003). *Ambiente no Ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMIDT, L. (2006). *Portugal ambiental: casos e causas*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SCHMIDT, L. (1999a). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, Lisboa, v.34, n.150, p.175-210, out./dez.
- SOROMENHO-MARQUES J. V. (2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In C. BECKERT (Coord.), *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- VIOLA, E. J. (2005). Meio ambiente e relações internacionais. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século XXI*. Campinas: Autores Associados, p. 182-197.
- YEARLEY, S. (1992). *A causa verde: uma sociologia das questões ecológicas*. Oeiras: Celta.